



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**Gabinete da Presidência**

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 15 /2025**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** as condições estruturais verificadas no Fórum Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti, localizado na Comarca de Gurinhém, atestadas no processo SEI nº 002876-83.2025.8.15, no qual se concluiu pela necessidade de intervenções imediatas a fim de garantir aos usuários bem-estar, segurança e funcionalidade adequada do ambiente;

**CONSIDERANDO** a necessidade imperiosa de realizar serviços de reforma e manutenção nas instalações do referido Fórum, a fim de restabelecer a segurança e funcionalidade desse ambiente de trabalho;

**CONSIDERANDO** a visita institucional realizada pela Presidência do Tribunal de Justiça, no dia 10 de fevereiro de 2025, ocasião em que se aferiu, in loco, as condições de trabalho e estruturais ali existentes;

**CONSIDERANDO** que os processos judiciais e administrativos tramitam em sistemas informatizados;

**DETERMINA:**

**Art. 1º** A suspensão dos trabalhos presenciais no Fórum Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti, localizado na Comarca de Gurinhém, a partir de 12/02/2025, até ulterior deliberação, com a concomitante adoção excepcional do regime de teletrabalho para magistrados e servidores no período.

Parágrafo único. Fica preservada a realização de audiências presenciais, em local a ser designado pela Magistrada em exercício na referida Comarca.

**Art. 2º** A expedição de ofício à Diretoria do Fórum de Gurinhém, informando sobre a suspensão dos trabalhos presenciais e solicitando que os servidores daquela unidade sejam devidamente comunicados, a fim de retirar eventuais artigos pessoais.

**Art. 3º** A comunicação à Diretoria Administrativa e à Diretoria de Tecnologia da Informação, ordenando a adoção das providências a seu cargo, com prioridade.

**Art. 4º** A expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à Defensoria Pública Estadual, à Procuradoria-Geral de Justiça, à Procuradoria do Município, à Procuradoria-Geral do Estado e rádios locais, informando sobre a suspensão temporária dos serviços presenciais.

**Art. 5º** A devida publicização do ato no site do Tribunal de Justiça, em local de fácil acesso, para conhecimento do público em geral.

**Art. 6º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**